

Sumário

Prefácio	XI
Introdução.....	1
1. O tempo jurídico e a cronologia dos fatos e do Direito	7
2. Os fatos e as relações jurídicas instantâneas, permanentes e sucessivas.....	19
3. Direito atual e Direito futuro como objeto da sentença....	23
4. A Prognose Judicial – juízo de probabilidade para o futuro...	27
5. O conceito de sentença.....	33
6. As tradicionais classificações das sentenças.....	37
6.1. Sob o critério do julgamento ou não do mérito	37
6.2. Sob o critério do conteúdo preponderante da tutela jurisdicional prestada pela sentença de mérito.....	39
6.3. Sob o critério da liquidez da obrigação imposta pela sentença.....	45
6.4. Classificações das sentenças sob outros critérios.....	48
7. Proposta de classificação das sentenças de mérito em prospectivas e retrospectivas	53
8. Conceito e utilidade das sentenças prospectivas.....	57
9. Classificação das sentenças prospectivas	67
9.1. Sentenças essencialmente prospectivas.....	67
9.2. Sentenças accidentalmente prospectivas.....	73
9.2.1. Sentenças condicionais	73
9.2.2. Sentenças sujeitas a termo.....	82
9.2.3. Sentenças sujeitas a encargo	85

10. A congruência na sentença prospectiva e a inadmissibilidade de sentenças implicitamente prospectivas ou ultrativas	87
11. O interesse de agir e as sentenças prospectivas	93
12. A certeza nas sentenças prospectivas	101
13. Análise pragmática da Sentença Prospectiva aplicada nas três tradicionais espécies de tutela jurisdicional.....	107
13.1. Condenatória	107
13.2. Declaratória.....	112
13.3. Constitutiva.....	114
14. Limites objetivos e temporais da coisa julgada e da eficácia das Sentenças Prospectivas.....	117
14.1. Considerações preliminares	117
14.2. Limites objetivos.....	121
14.3. Limites temporais	128
14.4. Limites subjetivos	136
15. Ação revisional.....	139
16. Impugnação ao cumprimento das Sentenças Prospectivas e concorrência com ação revisional e ação rescisória	145
17. Tutela prospectiva de urgência.....	149
18. Tutela prospectiva no processo de execução e na fase de cumprimento de sentença	153
19. Obrigações decorrentes da sucumbência nas sentenças prospectivas	157
Conclusão	163
Referências	169